



4722660



00135.201167/2025-27

**CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS**

SAUS - Quadra 05 - Bloco A - Ed. Multibrasil

Brasília, DF. CEP 70070-050 - <https://www.gov.br/participamaisbrasil/cndh>**NOTA PÚBLICA DE REPÚDIO Nº 04/2025****NOTA PÚBLICA DO CNDH EM REPÚDIO AO PROCESSO EM CURSO PARA DEMISSÕES DE TRABALHADORAS(ES) TERCEIRIZADAS(OS) DA EMPRESA R7 FACILITIES, OCORRIDAS EM 17 DE JANEIRO DE 2025**

1. O Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH manifesta, publicamente, seu repúdio ao processo em curso para demissões de trabalhadoras e trabalhadores terceirizadas(os) da empresa R7 Facilities, ocorridas na data de hoje, 17 de janeiro de 2025.
2. Estas(es) trabalhadoras(es), vinculadas(os) ao Contrato nº 27/2019, desempenham funções essenciais na prestação de serviços ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. As(os) trabalhadoras(es) começaram a ser chamadas(os) para assinar documentos de demissão após os trabalhadores terem se reunido com a Deputada Érica Kokay, a CUT Nacional, o Sindsep/DF e o Sindiserviços/DF, com o objetivo de solicitar apoio para o pagamento de seus salários, que estavam atrasados neste mês de janeiro.
3. Tais tentativas evidenciam retaliação contra as(os) trabalhadoras e trabalhadores, o que agrava ainda mais a situação da empresa que presta serviços ao MDHC, que exige apuração urgente e rigorosa. A empresa R7 Facilities, ao longo de todo o contrato com o MDHC, tem reiteradamente atrasado o pagamento dos salários das(os) trabalhadoras(es). Como exemplo, podemos citar os atrasos ocorridos nos meses de março, julho, setembro e dezembro de 2024, além do atraso no pagamento das férias dos trabalhadores, sem contabilizar os atrasos sofridos pelos trabalhadores nos anos anteriores.
4. Essa conduta recorrente é inaceitável e reforça a necessidade de fiscalização por meio do Ministério de Direitos Humanos e Cidadania. A postura da empresa, além de representar impacto negativo direto sobre as vidas dos trabalhadores e de suas famílias, afronta princípios fundamentais de dignidade e de respeito ao trabalho e à cidadania.
5. O trabalho decente é direito social assegurado pelo art. 6º da Constituição Federal e a sua precarização fere os pilares preconizados também pela Organização Internacional do Trabalho (OIT).
6. O Conselho Nacional dos Direitos Humanos recomenda que o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania solicite esclarecimentos sobre as razões desses processos demissionais e, caso alguma demissão tenha sido efetivada, que incida para a imediata revogação.
7. O CNDH também recomenda que o Ministério acompanhe a situação de forma rigorosa, assegurando que todos os direitos trabalhistas sejam respeitados integralmente e reveja o contrato com a empresa, a fim de preservar os direitos de quem trabalha.

Brasília, 17 de janeiro de 2025

**CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS**

Setor Comercial Sul, Edifício Parque Cidade Corporate, Quadra 9, Lote C, Torre A, 9ª Andar, Asa Sul - Telefone: (61)  
2027-3907

CEP 70308-200 Brasília/DF - <https://www.gov.br/participamaissbrasil/cndh>